

ENGEL, Stephen M. *The Unfinished Revolution: social movement theory and gay and lesbian movement.* Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

Frederico Viana Machado

Doutorando no Programa de Pós Graduação em Psicologia da UFMG. Pesquisador do Núcleo de Psicologia Política (NPP/UFMG) e do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFMG). Professor da PUC-Minas e do Centro Universitário de Patos de Minas. fredvma@yahoo.com

Frederico Alves Costa

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisador do Núcleo de Psicologia Política (NPP/UFMG) e do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH/UFMG). fredericoalvescosta@gmail.com

A multidimensionalidade das ações coletivas contemporâneas e a insuficiência das teorias sociológicas

Nota-se que o campo de estudos dos movimentos sociais contemporâneos tem enfrentado diversas insuficiências teóricas, sendo que grande parte dessas fragilidades encontra seu marco na dualidade estabelecida entre as teorias de cunho mais econômico-estrutural e as teorias de análise do universo simbólico envolvido na construção de atores políticos. Não raro, encontramos teorias que reduzem a complexidade dos processos políticos contemporâneos, ora enfatizando excessivamente as formações institucionais, ora ignorando a importância de tais formações para a constituição de identidades coletivas.

Assim, a busca pela determinação das estruturas políticas sobre a ação ou da ação sobre as estruturas evidenciou limites de várias teorias de análise dos movimentos sociais, deflagrando a emergência de teorias de cunho

psicossocial como pontes necessárias entre as extremidades duais até então utilizadas nesse campo de pesquisa.

O livro *The unfinished revolution: social movement theory and gay and lesbian movement*, de autoria de Stephen M. Engel, publicado em 2001 nos Estados Unidos pela Cambridge University Press, vem enriquecer o arcabouço teórico de estudo sobre os movimentos sociais e trazer à tona os mecanismos institucionais e simbólicos que sustentam a emergência e a manutenção dos movimentos sociais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) nos Estados Unidos da América e no Reino Unido.

A pesquisa gira em torno da influência das estruturas políticas sobre as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais e destas sobre as estruturas políticas, acarretando na promoção de resultados que podem ser favoráveis ou desfavoráveis aos movimentos sociais, levando assim ao planejamento das táticas e da agenda de reivindicações desses grupos. O foco central de análise está na comparação entre o sistema presidencialista dos Estados Unidos e o movimento *gay* e lésbico norte-americano e a relação desenvolvida entre o sistema parlamentarista do Reino Unido e o movimento *gay* e lésbico britânico. O autor analisa então as possibilidades de entrada da agenda política desses movimentos nos diferentes contextos políticos e a consecução dos interesses e demandas de cada um deles.

Engel, em seu estudo, parte do pressuposto de que é impossível construirmos uma teoria universal para a compreensão dos movimentos sociais devido à complexidade e à multidimensionalidade deles. Dessa forma, aponta para a importância de se considerar os diversos modelos teóricos existentes sobre movimentos sociais quando se objetiva analisar tais formas de ação coletiva, uma vez que cada modelo responde a diferentes questões colocadas dentro do campo dos movimentos sociais, oferecendo-nos variadas ferramentas analíticas.

Diante desse pressuposto, Engel defende e contribui para a ampliação do modelo conhecido como Processo Político, que se popularizou nos anos 1990 como uma alternativa possível à intransponível distância entre a produção norte-americana e europeia nos estudos sobre movimentos sociais. Mesmo que tal posição se revele contraditória, já que, por um lado, não pressupõe uma filiação teórica para análise de fenômenos políticos na atualidade, e, por outro lado, defende um modelo específico de análise, sinaliza para a primazia do objeto e do contexto em que foi feita a coleta de dados e a análise, em detrimento de teorias específicas.

O Modelo do Processo Político (PPM) é organizado por Engels como uma alternativa possível, no que tange à análise dos movimentos sociais, para

criticarmos e superarmos em parte o reducionismo analítico dos outros modelos teóricos existentes, a saber: o modelo *Clássico*, o modelo de *Escolha Racional*, o modelo de *Mobilização de Recursos* e o dos *Novos Movimentos Sociais*. Esse esforço reflete a busca pela superação da bipolaridade teórica desses modelos, marcada, por um lado, pela perspectiva individualista norte-americana, a qual enfatiza o indivíduo e suas respostas a crises que desequilibram o sistema político, negligenciando as noções marxistas de solidariedade, identidade coletiva ou consciência de classe, e, por outro lado, pela orientação estruturalista marxista, a qual se foca na percepção dos movimentos sociais como “necessárias superações de sistemas econômico-políticos caracterizados pela posse de sentidos de produção” (ENGEL, 2001, p. 179, tradução nossa), tendo a ação coletiva o objetivo de conquistar o Estado, menosprezando análises, no âmbito individual, das motivações e do universo de volição dos sujeitos.

Segundo o autor, enquanto o modelo clássico e o modelo de Escolha Racional focam-se no nível micro de análise (relativa aos “porquês” de os indivíduos participarem em um determinado movimento social), o modelo de Mobilização de Recursos concentra-se no nível meso de análise (referente ao “como” as pessoas participam nos movimentos sociais). A teoria dos Novos Movimentos Sociais, por sua vez, ocupa o espaço de interseção entre as esferas analíticas micro e macro, uma vez que busca entender, através de teorias neomarxistas, o “porquê” da participação nesses movimentos a partir da articulação entre queixas individuais e a visão estruturalista de que a “identidade é modelada pelas circunstâncias e dinâmicas da sociedade industrial avançada” (ENGEL, 2001, p. 13, tradução nossa). Já o modelo do Processo Político, perspectiva advinda da sofisticação da teoria de Estrutura de Oportunidade Política (POS), procura se manter entre as esferas micro, meso e macro de análise, sem enfatizar um nível em detrimento dos outros dois, fazendo uso de componentes essenciais introduzidos pelas teorias anteriores e potencializando uma complementaridade entre as perspectivas norte-americanas e marxistas.

O PPM é constituído, segundo Engel, por duas dinâmicas que, apesar de distintas, encontram-se inter-relacionadas, sendo a primeira relativa à formação dos movimentos sociais, na qual ele enfatiza três fatores cruciais: 1) a estrutura de oportunidade de mudança, a qual cria a possibilidade de insurreição por um grupo excluído do acesso ao poder político; 2) as organizações pré-existentes, as quais propiciam o recrutamento de membros, a seleção de líderes, uma facilidade de comunicação, construindo um processo sustentável e organizado; 3) a liberação cognitiva conjunta com a formação de

uma identidade coletiva, promovendo uma alteração psicológica no grupo minoritário, caracterizada pela substituição da perspectiva de vitimização para a perspectiva de empoderamento coletivo.

A segunda dinâmica se refere à manutenção do movimento social, momento no qual “a oportunidade de mudança inicial torna-se irrelevante, a identidade coletiva deve ser sustentada, e as organizações pré-existentes devem dar lugar para novas atividades que respondam ao controle social” (ENGEL, 2000, p. 16, tradução nossa). O controle social deve ser identificado tanto pela repressão governamental quanto pelo desenvolvimento de contramovimentos.

Dessa maneira, de acordo com Engel, o PPM constitui-se como um modelo mais apropriado para a compreensão da complexidade dos movimentos sociais, apresentando cinco vantagens principais sobre as outras teorias de movimentos sociais: 1) propicia uma flexibilidade teórica e uma compreensão mais clara dos níveis de análise necessários para se entender um movimento social; 2) combina as perspectivas americanas e marxistas dentro de uma teoria coerente; 3) explica a participação nos movimentos sociais através da formação de identidade coletiva; 4) ao focar a interação entre movimentos sociais e Estado, rompe com a perspectiva psicológica do modelo clássico e enfatiza a natureza política originária dos movimentos sociais; 5) propicia a comparação entre movimentos sociais similares de diferentes nações, uma vez que, ao incluir a compreensão da teoria da Estrutura de Oportunidade Política relativa ao fato de que os indivíduos se envolvem em movimentos sociais em resposta a oportunidades políticas e de que através de ações coletivas eles buscam criar novas estruturas políticas, enfatiza o papel de instituições políticas na construção de metodologias e metas dos movimentos sociais.

No entanto, em conformidade com a tese de que nenhuma teoria pode elucidar e explicar todos os aspectos de um movimento social, Engel explicita que o Modelo de Processo Político apresenta um viés analítico. Tal viés, ao enfatizar o papel das instituições políticas como ambientes determinantes das ações dos movimentos sociais, torna o PPM incompleto, assim como os outros modelos teóricos, promovendo menor atenção a outros fatores e a outras formas de ações políticas, quando, com a industrialização e a modernização da sociedade, os lugares de poder proliferam-se e tornam-se descentralizados. Nesse sentido, Engel enfatiza as instituições culturais, as quais, segundo ele, por alimentarem e reproduzirem desigualdades sociais, através de procedimentos como as classificações e rotulações sociais, auxiliam na compreensão de oportunidades e obstáculos para os movimentos sociais, devendo, portanto, serem consideradas pelas abordagens estruturalistas.

Após traçar o modelo de análise segundo o qual movimentos sociais GLBT são compreendidos e comparados nos diferentes contextos, Engel inicia sua descrição expondo as condições históricas similares para o surgimento dos movimentos sociais de *gays* e *lésbicas* e dos movimentos contra a AIDS nos Estados Unidos e no Reino Unido:

1) As transformações sociais acarretadas pela Segunda Guerra Mundial como o reconhecimento, pela primeira vez, de alguns homens como homossexuais pelos militares no momento do recrutamento para a guerra, rompendo o silêncio até então vigente; a segregação de homossexuais durante a guerra; a promoção da prática de amizades íntimas entre pessoas do mesmo sexo durante a guerra. Essas transformações promoveram uma maior visibilidade da homossexualidade e criaram “uma situação sexual onde indivíduos com sentimentos ou tendências homossexuais podiam mais facilmente explorá-los sem o absoluto medo da exposição” (ENGEL, 2001, p. 23, tradução nossa);

2) O desenvolvimento de uma subcultura *gay* durante a década de 1960 – aspecto importante encontrado em maior grau nos EUA por continuar a fazer o movimento prosperar quando o potencial político –, encontra-se inativo através da facilitação de uma revitalização do ativismo dada a própria oportunidade de mudança;

3) A epidemia de AIDS, a qual ao atingir, no início, principalmente homossexuais, possibilitou, apesar de uma forte resistência antigay (marcada pelo estabelecimento do Helms Amendment, em 1987 nos EUA, e da Cláusula 28, em 1988 no Reino Unido), uma variedade de externalidades positivas, como uma maior visibilidade do movimento *gay* e *lésbico*, a introdução de novas formas de ações coletivas e de aliados não *gays* na luta contra a AIDS;

4) O desinteresse do governo dos dois países em responder à epidemia de AIDS, fato que propiciou uma mobilização da comunidade *gay* e o surgimento de organizações de luta contra a AIDS pelos homossexuais.

Essas condições promotoras da estrutura política de mudança foram acompanhadas por fatores que provocaram o desenvolvimento do movimento *gay* e *lésbico*, além do movimento contra a AIDS, tanto nos EUA quanto no Reino Unido:

1) A preexistência de organizações homossexuais, como a Mattachine Society e a Daughters of Bilitis, originadas em 1951 e em 1955, respectivamente, nos EUA, e as britânicas Homosexual Law Reform Society (HLRS) e Committe for Homosexual Equality (CHE), a primeira originada na década de 1950 e a segunda na década de 1960;

2) A liberação cognitiva e a construção de uma identidade política, marcada pela redefinição da noção do Coming Out e da condição do homossexual da posição de vítima para a de agente de poder, sendo enfatizada uma identidade *gay*.

No entanto, apesar das semelhanças encontradas no desenvolvimento dos movimentos *gay* e lésbico dos EUA e do Reino Unido, Engel expõe a ocorrência de peculiaridades entre esses dois movimentos, as quais ele busca explicar, principalmente, a partir da consideração das diferenças entre os sistemas políticos dos dois países, a saber: o sistema presidencialista norte-americano e o sistema parlamentarista britânico.

Uma primeira diferença entre o movimento *gay* e lésbico dos dois países a se ressaltar diz respeito à tática de atuação do movimento. Enquanto nos EUA ele apresenta uma proposta *bottom-up* de atuação e procura combater a homofobia e o heterossexismo nos níveis locais e estaduais, o movimento britânico atua, principalmente, através de uma proposta *top-down*, priorizando a ação sobre o executivo e concentrando suas lutas na esfera nacional. Um importante contraste observado entre o movimento dos dois países surgido em decorrência dessas diferentes formas de ação remete-se ao fato de que os primeiros sinais de reforma da legislação em prol dos homossexuais no Reino Unido partiram de dentro do próprio governo, sendo fundado em 1954 o *Committee on Homosexual Offences and Prostitution*, mais conhecido como *Wolfenden Committee*. Após estudar as leis existentes que se referiam à homossexualidade, esse comitê concluiu que atos homossexuais em ambientes privados entre pessoas com vinte e um anos ou mais deveriam ser descriminalizados. Dessa maneira, tais distinções, segundo Engel, indicam não apenas uma diferença quanto ao acesso a distintos níveis institucionais ou a histórias culturais e políticas diversas, mas também devem ser percebidas como grandes influenciadoras da capacidade do movimento de mobilizar participantes e conquistar reformas.

Engel afirma que essa diferença entre os movimentos norte-americano e britânico relaciona-se a dois principais fatores: 1) independência entre o legislativo e o executivo e a inexistência de uma disciplina partidária no sistema presidencialista: enquanto no parlamentarismo o partido majoritário no legislativo é o partido do primeiro-ministro, o executivo e o legislativo são dominados pelo mesmo partido, havendo uma forte disciplina partidária. Desse modo, o sistema político norte-americano seria mais aberto do que o regime parlamentarista britânico no que diz respeito à entrada das agendas de interesse dos movimentos sociais, no entanto, ao mesmo tempo, seria mais fraco do que o britânico por propiciar uma maior possibilidade de vetos que

podem barrar ou prevenir a implantação de reformas, tornando muito mais difícil para os movimentos sociais implementarem suas demandas. Em contrapartida, apesar de a coesão partidária e a dependência entre executivo e legislativo no Reino Unido dificultar a representação das agendas políticas dos movimentos sociais, o sistema britânico pode ser benéfico para os movimentos se o partido dominante for favorável aos interesses destes. Como é a alternância de partidos que garante a eficácia do processo democrático nos sistemas representativos, o Partido Trabalhador Britânico, aliado do movimento *gay* e lésbico do Reino Unido, beneficiou as demandas GLBT nas ocasiões em que teve maior representatividade; 2) a política federalista norte-americana, inexistente no sistema político britânico, faz com que o movimento GLBT dos EUA tente aprovar as suas propostas nos âmbitos estadual e local, promovendo uma grande diversidade de legislações dentro do país.

Outra diferença encontrada entre os movimentos *gay* e lésbico dos dois países é a possibilidade de o movimento norte-americano recorrer ao sistema judiciário em busca da promoção de reformas, uma vez que seu sistema judiciário é independente, podendo interferir nas decisões do legislativo. Ao contrário, no Reino Unido, tal sistema não possui o poder de contrariar as decisões do Parlamento Britânico. No entanto, como no federalismo norte-americano as decisões tomadas no sistema judiciário dos estados aplicam-se somente àquele estado específico, isso acarreta uma grande desigualdade no âmbito nacional.

Engel ainda aponta que, frente à impossibilidade da conquista de reformas a partir dos meios litigiosos britânicos, o movimento *gay* e lésbico do Reino Unido, quando encontra obstáculos no Parlamento para a aprovação de propostas de sua agenda política, tem a possibilidade de recorrer à Corte Européia de Direitos Humanos. As decisões tomadas nessa Corte influenciam e, conseqüentemente, transformam a política nacional dos países membros do Conselho Europeu, dentre eles a Inglaterra. Um exemplo da interferência das decisões da Corte Européia de Direitos Humanos na política britânica remete-se à conquista do rompimento da proibição do alistamento de *gays* e lésbicas nas forças armadas britânicas, em 2001.

Uma última diferença a se ressaltar relaciona-se à força do movimento *gay* e lésbico. De acordo com Engel, apesar das oportunidades políticas existentes no Reino Unido, observa-se a escassez de um movimento *gay* e lésbico britânico forte, ao contrário do movimento *gay* e lésbico norte-americano, considerado o líder internacional e mantenedor de uma grande quantidade de membros. Engel explica a falta de um movimento britânico forte pela prevalência do confinamento da sexualidade à esfera privada e pela escassez de outros

movimentos de direitos civis no Reino Unido. Todavia, é importante ressaltarmos que devido, principalmente, às peculiaridades entre os sistemas políticos norte-americanos e britânicos, “o menos poderoso movimento homossexual britânico foi capaz de alcançar a legalização formal da homossexualidade – com algumas restrições notáveis – nacionalmente” (ENGEL, 2001, p. 96, tradução nossa) através da aprovação do Sexual Offence Act, em 1967, fato ainda não alcançado pelo forte movimento *gay* e lésbico dos EUA.

Apesar das diferenças encontradas na relação entre as instituições políticas norte-americanas e britânicas e os movimentos *gay* e lésbico dos EUA e do Reino Unido, respectivamente, Engel ressalta que não se pode falar que um sistema político é claramente superior ao outro, pois nenhum deles é universalmente vantajoso para a promoção de reformas de interesse do movimento *gay* e lésbico.

Cabem-nos algumas considerações sobre essa obra, que se apresentam como críticas, mas que não devem de maneira alguma diminuir a sua importância. O modelo apresentado pelo autor em muito contribui para os esforços que diversos teóricos vêm empreendendo para inter-relacionarmos cada vez mais as dimensões sociológicas e psicológicas dos fenômenos sociais. Além disso, apresenta uma rica proposta de associar perspectivas teóricas diversas em que conceitos anteriormente antagônicos podem se recolocar como complementares na compreensão da participação política em contextos tão complexos quanto as sociedades contemporâneas.

Todavia, apesar de considerarmos o PPM um avanço nas teorias sobre movimentos sociais, por ampliar a possibilidade de compreensão das diferentes faces dos movimentos sociais, ressaltamos duas observações, as quais acabam por reafirmar o pressuposto de Engel sobre o equívoco em buscarmos um modelo totalizante no campo dos movimentos sociais.

Em primeiro lugar, apesar de o autor afirmar que o modelo que ele desenvolve se estrutura sobre os níveis micro, meso e macro de análise, considerando-os igualmente importantes e determinantes, verifica-se na discussão sobre os movimentos *gay* e lésbico norte-americano e britânico uma ênfase sobre o “como” e o “quando” os indivíduos participam e se mobilizam politicamente, em detrimento do “porquê” dessa participação. Assim, apesar de Engel considerar a liberação cognitiva como um dos pilares do PPM, a construção da identidade política nos movimentos GLBT não é um fator explicitado durante a análise com a mesma ênfase dada às estruturas de oportunidade de mudança e às organizações preexistentes.

Em segundo lugar, apesar de ser útil para se compreender o surgimento e os métodos utilizados pelos movimentos sociais para alcançar suas demandas, ao realçar as interações com os sistemas políticos, esse modelo desconsidera outras formas possíveis de ação política, correndo-se o risco de repetir a falha de muitos outros modelos teóricos: invisibilizar ou deslegitimar experiências sociais alternativas, considerando-as como pré-políticas ou como antipolíticas.

Esse ponto se torna ainda mais significativo quando tomamos consciência de que um movimento social não se mobiliza e se mantém apenas e simplesmente pela condição de exclusão dos indivíduos envolvidos, mas pela intenção de criar uma nova realidade, constituída de novos elementos simbólico-culturais (PRADO, 2001). Em outras palavras, o modelo de Engel não é preciso em identificar como os significados são construídos pelos sujeitos políticos na formulação de uma ponte semântica que leve os indivíduos a se identificarem coletivamente e a formarem uma identidade (HONNETH, 2003). A dimensão cultural, bastante discutida por algumas abordagens, fica relegada a um segundo plano na arena política, sempre em detrimento de âmbitos institucionais de participação e deliberação, influenciando apenas secundariamente a formação das identidades coletivas. Talvez nesse ponto disciplinas como a Psicologia Social ou a Psicossociologia poderiam mais fortemente contribuir para uma complexificação das chaves teóricas.

Por fim, com relação à comparação entre os movimentos gay e lésbico norte-americano e britânico através do Modelo do Processo Político, é importante ressaltar que, apesar de tal análise propiciar a percepção dos efeitos do sistema político sobre os movimentos sociais, alterando metas e estratégias dos movimentos e produzindo reações políticas diversas nos diferentes âmbitos da sociedade, deve-se ter cuidado ao se considerar essa comparação, uma vez que não parece prudente que as observações realizadas sejam explicadas apenas ou predominantemente pelos diferentes sistemas políticos de cada um dos países, como o PPM nos levaria a pensar, mas por uma confluência de fatores (sistema político, cultura, religião etc.) que influenciam a construção social das diferentes sociedades.

Uma vez que teorias sociais deveriam cada vez mais se aproximar do contexto no qual foram produzidas, essa sobrevalorização das dimensões institucionais fica mais clara quando lembramos que estamos discutindo um trabalho produzido em um país onde os jogos políticos se posicionam fortemente em relação ao estado e demais aparatos político-institucionais, e os movimentos sociais obedecem a essa lógica, institucionalizando-se e assimilando esse processo legalista como condição da participação.

Este debate se faz mais urgente quando pensamos o contexto de globalização como um ponto chave para compreendermos diversos movimentos políticos atuais, sendo o movimento GLBT um dos mais emblemáticos. Quando incluímos os fluxos mundializados de valores simbólicos e materiais, assim como as novas relações internacionais, percebemos que o Estado se torna grande demais para tratar de questões subjetivas e simbólicas e pequeno demais para tratar de questões estruturais, tendo de considerar uma cartilha transnacional de deliberações. Ironicamente, as identidades coletivas que têm conseguido mais visibilidade em diversos países do mundo vêm sendo organizadas em torno de privacidades compartilhadas (TEJERINA, 2005), o que nos mostra a significativa relevância e complementaridade dos estudos culturais e daqueles estudos que se debruçam sobre as dimensões simbólicas dos fenômenos sociais. Sinalizamos, ainda, que estudar movimentos sociais nesse contexto remete-nos a debates sobre neocolonialismo e a epistemologias que consideram os desníveis que posicionam de forma desiguais países do norte e do sul (SANTOS, 2006).

Apesar das críticas, esse trabalho de Engel constitui uma excelente contribuição, principalmente para militantes e estudiosos dos movimentos sociais, que muitas vezes cedem à tendência de ignorar que também é determinante uma estrutura de oportunidades políticas na formação das identidades coletivas. Nesse sentido, a proposta discutida pelo autor contribui para escaparmos de perspectivas deterministas ou demasiadamente microssociais.

Finalizamos ressaltando que tais apontamentos podem contribuir muito para uma análise do movimento LGBT brasileiro, principalmente nas escolhas estratégicas que têm sido tomadas local e nacionalmente, em um momento histórico em que as oportunidades políticas oferecidas pelo Estado se abriram substancialmente para o financiamento de projetos e parcialmente para a discussão de suas demandas no âmbito legislativo e judiciário.¹

¹ Algumas reflexões sobre tais escolhas podem ser encontradas em Fonseca; Nascimento; Machado (2007).

Referências

MACHADO, F. V.; NASCIMENTO, L. A.; FONSECA, C. M. Dilemas contemporâneos dos movimentos sociais GLBT. In: MAYORGA, Cláudia; PRADO, Marco Aurélio Máximo. (Org.). *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

TEJERINA, B. Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 72, p. 67-97, out. 2005.

PRADO, M. A. M. Psicologia política e ação coletiva. *Revista Psicologia Política*. Sociedade Brasileira de Psicologia Política. v. 1. n. 1. jan./jun. 2001.

SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.